



Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

TERMOPERNAMBUCO S.A.

TERMOPERNAMBUCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Nota	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	1.586.269	1.503.310
Custos dos serviços		(641.533)	(907.258)
Custos com energia elétrica	4	(385.628)	(159.458)
Custos de operação	5	(255.905)	(747.800)
Lucro bruto		944.736	596.052
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(34.416)	(29.595)
Equivalência patrimonial	10	6.829	62.002
Lucro operacional		917.149	628.459
Resultado financeiro	6	(111.973)	(59.620)
Receitas financeiras		43.677	19.948
Despesas financeiras		(119.685)	(99.948)
Outros resultados financeiros, líquidos		(35.965)	20.380
Lucro antes dos tributos		805.176	568.839
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(122.469)	(77.960)
Corrente		(108.733)	(33.642)
Diferido		(13.736)	(44.318)
Lucro líquido do exercício		682.707	490.879
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	15.2	1,27	0,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMOPERNAMBUCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	682.707	490.879
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	-	(389)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	-	(389)
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	7.532	(41.190)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	3.949	12.837
Transferência de resultados realizados para o lucro líquido	(19.148)	3.822
Equivalência patrimonial	(2.951)	(2.803)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(10.618)	(27.334)
Resultado abrangente do exercício	672.089	463.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMOPERNAMBUCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	682.707	490.879
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	65.055	62.989
Baixa de ativos não circulantes	12.760	888
Equivalência patrimonial	(6.829)	(62.002)
Tributos sobre o lucro	122.469	77.960
Resultado financeiro, líquido	111.973	59.620
Outros	-	(207)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(6.525)	(22.462)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	53.880	(54.531)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(211)	444
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(10.145)	(74.279)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	16	(20)
Outros ativos e passivos, líquidos	(33.706)	2.361
Caixa líquidos proveniente das operações	991.444	481.640
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	72.158	54.693
Encargos de dívidas pagos	(88.404)	(45.360)
Instrumentos derivativos (pagos) recebidos, líquidos	(28.235)	32.348
Rendimento de aplicação financeira	37.425	6.642
Recebimento de juros - operações de mútuo com controladora	-	4.472
Pagamento de juros – Arrendamentos	(3.951)	(2.051)
Tributos sobre o lucro pagos	(86.078)	(32.480)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	894.359	499.904
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(53.978)	(81.051)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(53.978)	(81.051)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(388.113)	(298.816)
Pagamento de principal – Arrendamentos	(965)	(2.743)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	38.619	63.590
Remuneração paga aos acionistas	(213.896)	(340.276)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(564.355)	(578.245)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	276.026	(159.392)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74.804	234.196
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	350.830	74.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMOPERNAMBUCO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	350.830	74.804
Contas a receber de clientes e outros	9	278.505	271.980
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	5.527	65.096
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	15.535	16.087
Outros tributos a recuperar	7.2.1	3.063	12.940
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	4.928	16.792
Despesas pagas antecipadamente		24.473	29.187
Outros ativos circulantes		1.770	1.824
Total do circulante		684.631	488.710
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	4.929	2.377
Outros tributos a recuperar	7.2.1	76.873	70.137
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	2.937	12.724
Depósitos judiciais	14	84	144
Outros ativos não circulantes		-	83
Investimentos em participação societária	10	553.965	612.154
Direito de uso		14.158	16.369
Imobilizado	11	978.407	998.542
Intangível		495	139
Total do não circulante		1.631.848	1.712.669
Total do ativo		2.316.479	2.201.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMOPERNAMBUCO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	12	136.312	84.508
Empréstimos e financiamentos	13.2	15.075	328.053
Passivo de arrendamento		4.821	4.458
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	3.443	1.381
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		3.072	3.283
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	24.373	2.975
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	32.702	43.379
Dividendos e juros sobre capital próprio	15.2	134.738	17.688
Outros passivos circulantes		6.047	3.797
Total do circulante		360.583	489.522
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.2	499.713	598.511
Passivo de arrendamento		15.479	14.961
Instrumentos financeiros derivativos	13.3	-	10
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2.2	12.795	1.856
Provisões	14	3.000	2.916
Outros passivos não circulantes		2.029	2.563
Total do não circulante		533.016	620.817
Patrimônio líquido	15		
Atribuído aos acionistas da Companhia		1.422.880	1.091.040
Total do patrimônio líquido		1.422.880	1.091.040
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.316.479	2.201.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMOPERNAMBUCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital			Reservas de Lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2021	539.570	44.429	60.953	55.186	220.051	-	168.805	2.046	-	1.091.040
Resultado abrangente do exercício:										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	682.707	682.707
Outros resultados abrangentes (nota 15.3)	-	-	-	-	-	-	-	(10.618)	-	(10.618)
Transações com sócios:										
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	(168.805)	-	-	(168.805)
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros (nota 15.5)	-	-	-	34.136	129.429	347.698	-	-	(511.263)	-
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(171.444)	(171.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	539.570	44.429	60.953	89.322	349.480	347.698	-	(8.572)	-	1.422.880
Saldos em 31 de dezembro de 2020	539.570	44.429	60.953	30.643	140.438	-	121.152	29.769	-	966.954
Resultado abrangente do exercício:										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	490.879	490.879
Outros resultados abrangentes (nota 15.3)	-	-	-	-	-	-	-	(27.723)	-	(27.723)
Transações com sócios:										
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	(121.152)	-	-	(121.152)
Destinação do lucro líquido:										
Constituição de reservas de lucros (nota 15.5)	-	-	-	24.543	79.613	-	-	-	(104.156)	-
Remuneração aos acionistas (nota 15.2)	-	-	-	-	-	-	168.805	-	(386.723)	(217.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	539.570	44.429	60.953	55.186	220.051	-	168.805	2.046	-	1.091.040

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TERMO PERNAMBUCO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	2.044.652	1.930.959
Receita de construção de ativos próprios	39.413	43.562
	2.084.065	1.974.521
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(338.001)	(116.767)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(49.829)	(43.007)
Matérias-primas consumidas	(120.870)	(543.875)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(121.988)	(191.312)
	(630.688)	(894.961)
Valor adicionado bruto	1.453.377	1.079.560
Depreciação e amortização	(65.055)	(62.989)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.388.322	1.016.571
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	107.378	153.965
Equivalência patrimonial	6.829	62.002
	114.207	215.967
Valor adicionado total a distribuir	1.502.529	1.232.538
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	10.210	12.314
Férias e 13º salário	1.880	1.734
Encargos sociais (exceto INSS)	822	801
Benefícios	4.778	2.936
Outros	(334)	103
Subtotal	17.356	17.888
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	3.289	2.815
ICMS	378.541	402.199
PIS e COFINS	62.049	9.337
Tributos sobre o lucro	122.469	77.960
Obrigações intra-setoriais	17.692	16.742
Outros	(1.539)	(250)
Subtotal	582.501	508.803
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais de passivos	217.220	212.599
Aluguéis	2.745	2.369
Subtotal	219.965	214.968
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	171.444	386.723
Lucros retidos	511.263	104.156
Subtotal	682.707	490.879
Valor adicionado distribuído	1.502.529	1.232.538

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Termopernambuco S.A. (“Termope” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pela Neoenergia S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Usina Termoelétrica se localiza na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco que tem, por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, projeção, construção e exploração de sistemas de produção, transmissão, transformação e comercialização de energia elétrica ou termelétrica, de gás, vapor e água, dentre outros serviços correlatos.

A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com as distribuidoras do grupo.

Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia participou e ganhou o Leilão de Reserva de Capacidade, onde vendeu sua capacidade disponível de 498,173 MW, ao preço de potência R\$ 487.412,70/MW ano, com o início do fornecimento em 1º de julho de 2026, através do Contrato de Potência de Reserva de Capacidade - CRCAP Nº 14/21, assinado pela Companhia e a CCEE em 14/06/2022, com vigência até 30 de junho de 2041 (15 anos), assegurando uma receita fixa anual de R\$ 207 milhões.

A Resolução ANEEL n.º553, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2000, que autorizou a Companhia a se estabelecer como Produtor Independente de Energia e implantar a usina Termopernambuco, tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, encerrando-se em 18/12/2030. Em decorrência do êxito e conforme previsto no Edital do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, a Companhia irá instruir processo administrativo na ANEEL solicitando a adequação do prazo da outorga de autorização, com o objetivo de concatená-lo com a vigência do Contrato de Potência de Reserva de Capacidade – CRCAP.

A Companhia possui um contrato de Compra e Venda de Gás Natural (GSA) com a Petrobras e Copergas, com vigência de 20 anos contados a partir do início de fornecimento comercial, que aconteceu em 15/04/2004.

Para atendimento ao Contrato de Potência de Reserva de Capacidade - CRCAP Nº 14/21, a Companhia firmou um *Heads of Agreement* com a Shell Energy do Brasil Gas LTDA.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de commodities deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

TERMO PERNAMBUCO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR ⁽¹⁾ e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de energia.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(1) O Grupo está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de *hedge* vigente.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 17.7.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (veja nota 13).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 13).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-

Não houve alterações relevantes nos *ratings* destas instituições em relação ao período de 31 de dezembro de 2021.

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Os riscos regulatórios são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.

(b) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	469
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral – Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	100
Veículos – Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional – Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.876
Responsabilidade Civil – Drones	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Veículos – Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5 (a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

- 3.2 Receita de fornecimento de energia
- 7.1.4 Tributos sobre o lucro diferidos
- 11 Imobilizado
- 14 Provisão para processos judiciais

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia	2.043.312	1.817.732
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE ⁽¹⁾	12	111.877
Outras receitas	1.328	1.350
Receita operacional bruta	2.044.652	1.930.959
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(458.383)	(427.649)
Receita operacional, líquida	1.586.269	1.503.310

(1) Redução de venda junto a CCEE, devido a parada da usina em 2022, quando comparado a 2021.

3.1 Deduções de receita bruta

	2022	2021
Tributos		
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(378.541)	(402.199)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS ⁽¹⁾	(62.120)	(8.667)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(30)	(41)
	(440.691)	(410.907)
Encargos setoriais		
Outros encargos ⁽²⁾	(17.692)	(16.742)
	(17.692)	(16.742)
	(458.383)	(427.649)

(1) Em 2021, houve impacto pela receita gerada, por conta da contabilização da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, fato não ocorrido em 2022, vide nota 7.2.1;

(2) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e taxa de fiscalização serviço energia elétrica (TFSEE).

3.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

A receita de operações venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

b) Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE.

Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2022	2021
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre – ACL ⁽¹⁾	(166.194)	(54.517)
Energia curto prazo – PLD ⁽¹⁾	(171.448)	(61.847)
Outros	(359)	(403)
Subtotal	(338.001)	(116.767)
Créditos PIS e COFINS	1.777	48
Total	(336.224)	(116.719)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(49.829)	(43.007)
Subtotal	(49.829)	(43.007)
Créditos de PIS e COFINS	425	268
Total	(49.404)	(42.739)
Total dos custos com energia elétrica	(385.628)	(159.458)

(1) Aumento da necessidade de compra de energia junto a CCEE e Petrobrás, devido a parada da usina em 2022.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	2022		
		Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
	Custos de operação		
Pessoal e benefícios a empregados	(415)	(19.993)	(20.408)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(35.201)	(14.491)	(49.692)
Depreciação e amortização	(65.009)	(46)	(65.055)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(120.870)	-	(120.870)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽²⁾	(34.410)	114	(34.296)
Total	(255.905)	(34.416)	(290.321)
	2021		
		Outras Receitas / Despesas gerais e administrativas	Total
	Custos de operação		
Pessoal e benefícios a empregados	(298)	(19.903)	(20.201)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(118.557)	(8.777)	(127.334)
Depreciação e amortização	(62.947)	(42)	(62.989)
Combustível para produção de energia ⁽¹⁾	(543.875)	-	(543.875)
Outras receitas e despesas, líquidas ⁽²⁾	(22.123)	(873)	(22.996)
Total	(747.800)	(29.595)	(777.395)

(1) Redução da compra de combustível para produção de energia, está diretamente relacionada com a parada da usina em 2022, quando comparado a 2021;

(2) Composto principalmente por prêmio de seguros, materiais diversos e alugueis.

TERMOPERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.1 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços técnicos e manutenções ⁽¹⁾	(27.621)	(109.294)
Uso da marca	(9.857)	(6.707)
Serviços jurídicos	(1.389)	(1.058)
Consultoria e auditoria	(317)	(132)
Comunicação	(111)	(169)
Vigilância	(523)	(498)
Crédito PIS e COFINS	-	(263)
Outros serviços	(9.874)	(9.213)
Total	(49.692)	(127.334)

(1) Redução refere-se principalmente ao serviço de operação e manutenção (O&M), devido a parada da usina em 2022, quando comparado a 2021.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras ⁽¹⁾	37.425	6.642
Tributos sobre receita financeira	(2.131)	(986)
Outras receitas financeiras ⁽²⁾	8.383	14.292
	43.677	19.948
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida ⁽³⁾	(89.211)	(65.941)
Fee de garantia ⁽⁴⁾	(10.568)	(13.937)
Taxas	(2.802)	(965)
Tributos	(1.846)	(3.074)
Outras despesas financeiras	(15.258)	(16.031)
	(119.685)	(99.948)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(17.529)	(61.935)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	41.983	43.139
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(79.456)	(50.291)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	19.320	89.892
Perdas com variações cambiais e monetárias	(283)	(425)
	(35.965)	20.380
Resultado financeiro líquido	(111.973)	(59.620)

(1) Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras;

(2) Inclui o valor de R\$ 6.652 de receita de atualização (selic) referente a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS;

(3) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação;

(4) Refere-se à amortização da cobrança de fee, pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	805.176	568.839
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(273.760)	(193.405)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	17.066	11.056
Incentivos fiscais ⁽¹⁾	131.484	81.077
Resultado de participações societárias	12.913	31.671
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	3.898
Outros adições (reversões) permanentes	(10.172)	(12.257)
Tributos sobre o lucro	(122.469)	(77.960)
Alíquota efetiva	15%	14%
Corrente	(108.733)	(33.642)
Diferido	(13.736)	(44.318)

(1) Refere-se principalmente ao incentivo fiscal SUDENE, no valor de R\$ 129.429 (R\$ 79.613 em 31 de dezembro de 2021).

7.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	1.592	17.273
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	817	1.360
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	1.341	1.341
Arrendamentos capitalizados	2.088	1.037
Depreciação acelerada	(10.576)	(12.086)
Valor justo de instrumentos financeiros	3.400	(550)
Outros ⁽¹⁾	4.275	4.349
Total	2.937	12.724

(1) Valores de outros, referem-se a: Provisão de fornecedores R\$ 3.650 (R\$ 3.791 em 31 de dezembro de 2021) e Provisão de PLR R\$ 625 (R\$ 558 em 31 de dezembro de 2021).

TERMO PERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.724
Efeitos reconhecidos no resultado	(13.736)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	3.949
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.937
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.205
Efeitos reconhecidos no resultado	(44.318)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	12.837
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.724

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2023
Ativo fiscal diferido	2.937
Efeito líquido	2.937

7.1.3 Tributos correntes ativos e passivos

	2022	2021
IRPJ	18.575	17.417
CSLL	1.889	1.047
Ativo	20.464	18.464
Circulante	15.535	16.087
Não circulante	4.929	2.377
	2022	2021
CSLL	24.373	2.975
Passivo	24.373	2.975

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía montante reconhecidos na linha de tributos a recolher sobre o lucro, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui o montante de R\$ 115.274 e R\$ 104.298, respectivamente, referente a tributos sobre o lucro, de processos cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como segue:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 96.027 (R\$ 79.513 em 31 de dezembro de 2021);

- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 19.247 (R\$ 24.785 em 31 de dezembro de 2021).

7.1.4 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Esse benefício tributário está associado à unidade produtora em operação na área de atuação da SUDENE e deve pertencer ao setor prioritário para desenvolvimento regional, como geração de energia, que é a operação principal da Companhia.

O benefício fiscal decorrente de mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2 Outros tributos

7.2.1 Outros tributos a recuperar

	Ref.	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		3.882	10.356
Programa de integração social - PIS	(a)	13.604	12.968
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(a)	62.219	59.729
Outros		231	24
Outros tributos a recuperar		79.936	83.077
Circulante		3.063	12.940
Não circulante		76.873	70.137

(a) Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de inconstitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15.03.2017 (data do julgamento do mérito do leading case), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

A Companhia possui um ativo no valor de R\$ 73.028, referente à processo ajuizado cuja decisão judicial ainda não transitaram em julgado. Entretanto, a Companhia, após análise criteriosa do processo, observou semelhanças frente às ações transitadas em julgado para os quais outras subsidiárias do grupo Neoenergia já obtiveram êxito, e estão alinhadas com as decisões de mérito e dos Embargos de Declaração no STF. Os valores do ativo estão atualizados pela taxa Selic.

7.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	5.130	12.070
Programa de integração social – PIS	914	833
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	4.218	3.846
Impostos e contribuições retidos na fonte	5.135	3.835
Outros	647	908
Outros tributos a recolher	16.044	21.492
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	27.545	21.486
Outros	1.908	2.257
Encargos setoriais	29.453	23.743
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	45.497	45.235
Circulante	32.702	43.379
Não circulante	12.795	1.856

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	372	551
Certificado de depósito bancário (CDB)	188.545	40.219
Fundos de investimento	161.913	34.034
Total	350.830	74.804

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% (99,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI.

As aplicações financeiras da companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Bradesco Recife Fundo de Investimento, Santander Natal Fundo de Investimento e Itaú Salvador Fundo de Investimento. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média dos fundos no ano de 2022 foi de 99,40% do CDI (98,12% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo BB Polo 28, 99,63% do CDI (99,73% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo Bradesco Recife, 99,57% do CDI (99,43% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo Santander Natal e 99,55% do CDI (98,45% em 31 de dezembro de 2021) para o fundo Itaú Salvador.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022 Recebível	2021 Recebível
Fornecimento de energia ⁽¹⁾	278.313	271.788
Comercialização de energia na CCEE	192	192
Total	278.505	271.980

(1) Refere-se ao faturamento com as empresas do Grupo, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Coelba.

O *aging* do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	2022 Recebível	2021 Recebível
A vencer	278.313	271.788
	278.313	271.788

9.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 17.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) Estimativas e julgamento críticos

A companhia não possui histórico de inadimplência e a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis considerando inclusive que os contratos atuais da Companhia são 100% com partes relacionadas. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

A Companhia possui participação acionária de 58% na investida Itapebi Geração de Energia S.A., cuja movimentação é apresentada como segue:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	612.154	620.868
Equivalência patrimonial	37.978	93.151
Amortização da mais-valia	(31.149)	(31.149)
Equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes	(2.951)	(2.803)
Dividendos e JCP declarados	(62.067)	(67.913)
Saldo final do exercício	553.965	612.154

O efeito de equivalência patrimonial nas demonstrações do resultado, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado, está líquido da amortização da mais valia.

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos e JSCP a receber:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	16.792	4.769
Declarados	60.293	66.716
Recebidos	(72.157)	(54.693)
Saldo final do exercício	4.928	16.792

A Itapebi é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi e iniciou suas operações em 2003.

TERMOPERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Abaixo a apresentação resumida do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente da investida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	7.953	31.209
Instrumentos derivativos	27.277	44.195
Imobilizado e intangível	547.369	557.447
Outros ativos	38.503	66.947
Total de ativos	621.102	699.798
Empréstimos e financiamentos	132.954	142.175
Instrumentos derivativos	1.242	533
Dividendos e juros sobre capital próprio	8.496	28.951
Outros passivos	155.354	158.464
Total de passivos	298.046	330.123
Patrimônio líquido	323.056	369.675
Resultado abrangente		
Receita operacional, líquida	193.167	206.601
Lucro operacional antes do resultado financeiro	84.643	196.064
Lucro líquido do exercício	65.480	139.581
Resultado abrangente total	60.392	134.747
Outras informações		
Capital circulante líquido ⁽¹⁾	(19.608)	16.687
Fluxo de caixa operacional	87.395	108.048
Depreciação e amortização	(28.395)	(30.952)
Dividendos e JCP pagos aos acionistas não controladores	(72.157)	(54.693)

(1) A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 19.608, e prevê que a geração de caixa adicional será suficiente para equalizar o CCL negativo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

10.1 Política contábil

Coligada é a entidade sobre a qual a companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, a participação no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data que a influência significativa ou controle deixar de existir, é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial uma vez que as decisões relevantes são tomadas pela Neoenergia S.A, que efetua a consolidação da Itapebi Geração de Energia S.A.

11. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

Taxa mínima e máxima	Centrais de ciclos combinados 2,50% - 20,00%	Construções e terrenos 2,00% - 6,25%	Outros 3,57% - 16,67%	Ativos em construção -	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	707.243	73.103	15	218.181	998.542
Adições	-	-	-	53.351	53.351
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	269	269
Baixas	(9.841)	(849)	-	(2.069)	(12.759)
Depreciação	(52.973)	(8.014)	(9)	-	(60.996)
Transferências entre classes	22.728	47.005	-	(69.733)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	667.157	111.245	6	199.999	978.407
Custo	1.195.086	231.520	1.172	199.999	1.627.777
Depreciação acumulada	(527.929)	(120.275)	(1.166)	-	(649.370)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	758.050	79.052	20	138.470	975.592
Adições	-	-	-	81.930	81.930
Capitalização de gastos ⁽¹⁾	-	-	-	614	614
Baixas	-	-	-	(888)	(888)
Depreciação	(51.246)	(5.949)	(86)	-	(57.281)
Transferências entre classes	1.394	-	551	(1.945)	-
Transferências - Outros ativos	(955)	-	(470)	-	(1.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	707.243	73.103	15	218.181	998.542
Custo	1.275.434	185.628	1.173	218.181	1.680.416
Depreciação acumulada	(568.191)	(112.525)	(1.158)	-	(681.874)

(1) Capitalização de gastos com pessoal alocado à operação da usina.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente.

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos que apresentaram indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável foram submetidos à análise para identificação de real impacto por possível perda por *impairment*, sendo constatado, como resultado, que não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de qualquer ativo da Companhia. As premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação dos investimentos realizados vão desde as previsões dos fluxos de caixa estimados trazidos a valor presente até as projeções de crescimento do mercado no horizonte de longo prazo. Os fluxos de caixa são estimados com base nos resultados já realizados, levando em consideração o orçamento empresarial anual da Companhia enquanto que o horizonte de análise leva em consideração o vencimento de cada concessão e a expectativa de crescimento do mercado, utilizando-se de projeções compatíveis com os dados históricos e as perspectivas

TERMO PERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

sólidas de crescimento da economia brasileira. Tais fluxos são descontados por taxas pós impostos utilizando-se de metodologia amplamente aplicada no mercado de energia.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

12. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	37.398	15.797
Encargos de uso da rede	4.669	4.435
Materiais e serviços	94.245	64.276
Total	136.312	84.508

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

13.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos bancários ⁽¹⁾	-	214.276
Mercado de capitais (debêntures)	514.788	712.288
Empréstimos e financiamentos ⁽²⁾	514.788	926.564
(+) Instrumentos derivativos (nota 13.3)	(2.084)	(63.705)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(350.830)	(74.804)
Dívida líquida	161.874	788.055

(1) Em 2022 a Companhia liquidou sua posição de empréstimos bancários;

(2) No balanço patrimonial, a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação vinculados às dívidas.

Em 31 de dezembro de 2022, a despesa financeira dos componentes contidos na dívida líquida foi de R\$ 89.582 (R\$ 39.480 em 31 de dezembro de 2021).

13.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais (debêntures), principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

TERMO PERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em R\$	516.106	715.577
Indexados a taxas flutuantes	516.106	715.577
Denominados em US\$	-	214.276
Indexados a taxas fixas	-	214.276
	516.106	929.853
(-) Custos de transação	(1.318)	(3.289)
	514.788	926.564
Passivo circulante	15.075	328.053
Passivo não circulante	499.713	598.511
Valor justo dos empréstimos e financiamentos (nota 17.4)	522.967	931.464

Em 31 de dezembro de 2022, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI ⁽¹⁾	137,10%	95,70%
Custo médio em taxa pré	17,20%	4,50%
Saldo da dívida	514.788	926.564
Instrumentos financeiros derivativos	(2.084)	(63.705)
Dívida total líquida de derivativos	512.704	862.859

(1) A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.

b) Fluxo de pagamentos futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos	Total
2023	-	73.484	(2.718)	70.766
2024	500.000	33.196	-	533.196
Total	500.000	106.680	(2.718)	603.962

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de juros (ainda não provisionados), além dos juros já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio do vencimento do endividamento da Companhia é de 1,88 anos (1,69 anos em 31 de dezembro de 2021).

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	926.564	1.186.003
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortizações de principal	(388.113)	(298.816)
Pagamento de encargos de dívida	(88.404)	(45.360)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	89.194	65.941
Variação cambial	(24.453)	18.796
Saldo final do exercício	514.788	926.564

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Alguns contratos de dívida da Companhia contêm cláusulas de *covenants*. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização). A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Abaixo segue o principal parâmetro e a medição estimada geral:

	Limites contratual inferior ⁽¹⁾	Medição ⁽²⁾ em 31.12.2022
Consolidado Neoenergia:		
Dívida Líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,15

- (1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas;
 (2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas conforme demonstração financeira consolidada da Neoenergia.

e) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

13.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ ou opções, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 17.7.

TERMOPERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2022	2021
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda – US\$ vs R\$	-	62.137
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio – Produtos e serviços	2.084	1.568
Exposição líquida	2.084	63.705
Ativo circulante	5.527	65.096
Passivo circulante	(3.443)	(1.381)
Passivo não circulante	-	(10)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Derivativos designados para contabilidade de <i>hedge</i> - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	-	62.137
Contratados para proteção de outras operações	2.084	1.568
	2.084	63.705

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022			2021		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	62.137	1.568	63.705	121.535	26.702	148.237
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(29.384)	(10.237)	(39.621)	28.874	19.457	48.331
Ganho (perda) reconhecido no Capex	-	-	-	-	832	832
Liquidação financeira (entradas) saídas	(32.705)	22.321	(10.384)	(75.649)	(20.289)	(95.938)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(48)	(11.568)	(11.616)	(12.623)	(25.134)	(37.757)
Saldo final	-	2.084	2.084	62.137	1.568	63.705
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Custos de operação	-	28.649	28.649	-	20.796	20.796
Resultado financeiro, líquido	(29.384)	(38.886)	(68.270)	28.874	(1.339)	27.535

c) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz, referente ao elemento SPOT da taxa de câmbio, reconhecido no patrimônio líquido. A mudança no valor justo do elemento futuro (forward points) da taxa de câmbio é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/ intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. A reserva de custos de *hedge* é amortizada sistematicamente no resultado, exceto quando o item protegido resultar no reconhecimento subsequente de um ativo imobilizado/intangível, quando o valor acumulado dessa reserva deve ser reconhecido dentro do custo inicial desse ativo.

14. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91	55	2.770	2.916
Adições e reversões, líquido	(33)	-	-	(33)
Atualização monetárias	(58)	3	172	117
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	58	2.942	3.000
Saldos em 31 de dezembro de 2020	67	154	2.728	2.949
Adições e reversões, líquido	6	(44)	-	(38)
Atualização monetárias	18	(55)	42	5
Saldos em 31 de dezembro de 2021	91	55	2.770	2.916

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis	1.178	996
Processos trabalhistas	53	495
Processos fiscais	135.651	95.232
	136.882	96.723

TERMOPERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) **Processos cíveis:** Referem-se a ação de cobrança de taxa portuária, no montante de R\$ 1.178 (R\$ 996 em 31 de dezembro de 2021). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m
- (ii) **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados e ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC, após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58.
- (iii) **Processos fiscais:** Referem-se a suposta não retenção na fonte do imposto de renda sobre os juros sobre capital próprio no montante de R\$ 57.754 (R\$ 53.375 em 31 de dezembro de 2021), e outras discussões envolvendo tributos diversos, tais como, ICMS, PIS e COFINS no montante de R\$ 77.897 (R\$ 41.857 em 31 de dezembro de 2021). Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas nos montantes de R\$ 84 e R\$ 144, respectivamente.

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamento críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social é de R\$ 539.570 correspondendo a 539.570.000 ações escrituradas, totalmente subscrito, integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	539.570	100%	539.570
Total de ações em circulação	539.570	100%	539.570

15.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	682.707	490.879
Média ponderada de número ações em circulação	539.570	539.570
Lucro básico e diluído por ação	1,27	0,91

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022
Lucro líquido do exercício	682.707
Reserva legal	(34.136)
Reserva de incentivo fiscal	(129.429)
Lucro líquido ajustado	519.142
Destinação para reserva de retenção de lucros	(347.698)
Lucro líquido a distribuir	171.444
Remuneração	
Mínima obrigatória	171.444
	171.444
Natureza da remuneração	
Dividendos	109.427
JCP	62.017
	171.444
Remuneração total por ação	0,32

Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de juros sobre capital próprio e dividendos:

TERMO PERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2022			
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos	168.805	0,3128491206
RCA de 24 de junho de 2022	JCP	32.241	0,0597531368
RD de 23 de novembro de 2022	JCP	29.776	0,0551846841
		230.822	
2021			
AGOE de 06 de abril de 2021	Dividendos	121.152	0,2245321983
RCA de 28 de junho de 2021	JCP	19.690	0,0364919998
RCA de 22 de outubro de 2021	Dividendos	177.419	0,3288171967
RCA de 15 de dezembro de 2021	JCP	20.809	0,0385658722
		339.070	

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2022	2021
Saldos iniciais	17.688	24.969
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	278.233	298.571
Juros sobre capital próprio declarados	62.017	40.499
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(9.304)	(6.075)
Dividendos pagos no exercício	(168.803)	(308.124)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(45.093)	(32.152)
Saldos finais	134.738	17.688

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

15.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia tem por política contábil não impactar o lucro líquido do exercício com oscilações do valor justo de *hedges* de fluxo de caixa, portanto adotando a contabilidade de *hedge*. Isso implica em reconhecer tais impactos na rubrica "Outros Resultados Abrangentes" o efeito líquido dos impostos diferidos sobre tais itens.

15.4 Reserva de capital

15.4.1 Reserva especial de ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido.

15.5 Reservas de lucros

15.5.1 Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

15.5.2 Incentivo fiscal imposto de renda - SUDENE

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada.

A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 129.429 (R\$ 79.613 em 31 de dezembro de 2021) de incentivo fiscal SUDENE.

15.6 Política contábil

O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos e (iii) compartilhamento de mão de obra.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

TERMO PERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	2022				2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Acionista	Total
Ativo								
Contas a receber e outros (a) / (b)	278.313	-	-	278.313	271.788	-	-	271.788
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (c)	-	4.928	-	4.928	-	16.792	-	16.792
Outros ativos (d) / (e)	58	-	10.960	11.018	111	-	23.708	23.819
	278.371	4.928	10.960	294.259	271.899	16.792	23.708	312.399
Passivo								
Fornecedores e contas a pagar (f)	278	-	9.639	9.917	36	-	8.015	8.051
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (g)	-	-	134.738	134.738	-	-	17.688	17.688
Outros passivos	116	60	-	176	71	180	-	251
	394	60	144.377	144.831	107	180	25.703	25.990

16.2 Transações com partes relacionadas

	2022				2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Coligada	Acionista	Total
Resultado do exercício								
Receita operacional líquida (a) / (b)	2.012.727	-	-	2.012.727	1.826.369	-	-	1.826.369
Custos dos serviços (e)	(58.729)	-	(4.321)	(63.050)	(54.829)	-	(65.436)	(120.265)
Despesas gerais e administrativas (f)	(1.169)	(1.423)	(9.639)	(12.231)	(1.944)	(1.561)	(5.813)	(9.318)
Resultado financeiro líquido (d)	-	-	(10.568)	(10.568)	-	-	(8.204)	(8.204)
	1.952.829	(1.423)	(24.528)	1.926.878	1.769.596	(1.561)	(79.453)	1.688.582

16.3 Principais Transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 16.1 e 16.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba	Contrato bilateral de fornecimento de energia	IGPM	Entre 2 e 5 anos	Entre 2024 e 2027	274.980	1.988.115
b)	NC Energia	Contrato de compra e venda de energia de curto prazo	IPCA	1 ano	2023	3.343	(34.250)
c)	Itapebi	Dividendos e JSCP a receber	-	N/A	2023	4.928	-
d)	Neoenergia S.A.	Fee de avaliação	-	1 ano	2023	2.871	(10.568)
e)	Iberdrola Generación	Serviço de O&M, em moeda estrangeira	IGPM	1 ano	2023	8.089	(4.321)
f)	Iberdrola	Royalties uso de marca	0,9% ROL ajustada	9 anos	2031	(9.639)	(9.639)
g)	Neoenergia S.A.	Dividendos e JSCP a pagar	-	N/A	2023	(134.738)	-

16.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2022			2021		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	188.917	-	161.913	40.770	-	34.034
Contas a receber de clientes e outros	278.505	-	-	271.980	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.527	-	-	65.096	-
	467.422	5.527	161.913	312.750	65.096	34.034
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	136.312	-	-	84.508	-	-
Empréstimos e financiamentos	514.788	-	-	926.564	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.443	-	-	1.391	-
Passivo de arrendamento	20.300	-	-	19.419	-	-
Outros passivos financeiros	4.602	-	-	3.788	-	-
	676.002	3.443	-	1.034.279	1.391	-

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 17.8, (análise de sensibilidade).

17.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2022		2021	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	161.913	161.913	34.034	34.034
Instrumentos financeiros derivativos	5.527	5.527	65.096	65.096
	167.440	167.440	99.130	99.130
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	3.443	3.443	1.391	1.391
	3.443	3.443	1.391	1.391

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

17.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	514.788	522.967	926.564	931.464

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

17.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do *spread* de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são precificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ ou no portal da Bloomberg.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

17.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Os contratos de *swap* e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Em 31 de dezembro de 2022 não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a

TERMO PERNAMBUCO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Empresa					
Ativo	-	US\$ 38.451	-	-	215.670
Passivo	R\$ -	R\$ 152.485		-	(153.533)
Exposição líquida				-	62.137

Em 2022 a Companhia liquidou o *swap* da dívida, conforme nota 13.3.a.

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Os programas abaixo são designados para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Desembolso USD Empresa					
Termo	US\$ 19.516	US\$ 44.259	2023	(3.282)	1.415
Exposição líquida				(3.282)	1.415

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Desembolso USD Empresa					
Termo de Venda	US\$ 5.399	US\$ 4.777	2023	5.367	153
Exposição líquida				5.367	153

17.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data da análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros estimados, com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar(US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(144.052)	9.167	18.335
				144.052	(9.167)	(18.335)
Exposição Líquida				-	-	-

Em relação as NDFs apresentadas acima a exposição observada refere-se somente aos impactos relacionados ao instrumento financeiro derivativo.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	350.458	47.949	(7.192)	(14.385)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(516.106)	(78.780)	(11.817)	(23.634)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	0,00%	-	-	-	-

18.EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de fevereiro de 2023 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Termopernambuco S.A., a cisão da Investida Itapebi Geração de Energia S.A.. A parcela a ser cindida refere-se ao investimento em Itapebi e pela mais-valia da aquisição de participação societária da empresa pela Termopernambuco. A cisão está prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2023.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Hugo Renato Anacleto Nunes
Presidente

Titulares

Leila Tatiana Prazeres Costa
Juliano Pansanato de Souza
Leonardo Pimenta Gadelha

DIRETORIA EXECUTIVA

David Benavent del Prado
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de RI

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade